

SANDRA OCLIDIA BOLFE  
DIEGO RAMOS PEREIRA  
CARLOS ALBERTO MAIA BRANDLI  
DOUGLAS FONSECA GUEDES  
GILMAR MORTARI MACHADO  
RICARDO SÓRIA GOULART

# A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO



SÃO PAULO | 2025



SANDRA OCLIDIA BOLFE  
DIEGO RAMOS PEREIRA  
CARLOS ALBERTO MAIA BRANDLI  
DOUGLAS FONSECA GUEDES  
GILMAR MORTARI MACHADO  
RICARDO SÓRIA GOULART

# A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO



SÃO PAULO | 2025



1.ª edição

**Sandra Oclidia Bolfe**  
**Diego Ramos Pereira**  
**Carlos Alberto Maia Brandli**  
**Douglas Fonseca Guedes**  
**Gilmar Mortari Machado**  
**Ricardo Sória Goulart**

**A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO  
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO**

ISBN 978-65-6054-187-0



Sandra Oclidia Bolfe  
Diego Ramos Pereira  
Carlos Alberto Maia Brandli  
Douglas Fonseca Guedes  
Gilmar Mortari Machado  
Ricardo Sória Goulart

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO  
INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO

1.<sup>a</sup> edição

SÃO PAULO  
EDITORARIA ARCHÉ  
2025

**Copyright © dos autores e das autoras.**

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

L755 A língua brasileira de sinais (LIBRAS) como instrumento de inclusão do aluno surdo [livro eletrônico] / Sandra Oclidia Bolfe... [et al.]. – São Paulo, SP: Arché, 2025.  
72 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-187-0

1. Educação inclusiva. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Surdez.  
I. Bolfe, Sandra Oclidia. II. Pereira, Diego Ramos. III. Brandli, Carlos Alberto Maia. IV. Guedes, Douglas Fonseca. V. Machado, Gilmar Mortari. VI. Goulart, Ricardo Sória.

CDD 371.912

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

1<sup>a</sup> Edição- *Copyright*® 2025 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria da Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.  
CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

## **EQUIPE DE EDITORES**

### **EDITORIA- CHEFE**

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

### **CONSELHO EDITORIAL**

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubirailze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciências Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinham- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajjardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrade Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

## **DECLARAÇÃO DOS AUTORES**

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

## **DECLARAÇÃO DA EDITORA**

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) emerge como um instrumento essencial para garantir a efetiva participação do aluno surdo no ambiente escolar. O presente livro, intitulado *A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como Instrumento de Inclusão do Aluno Surdo*, propõe uma reflexão aprofundada e crítica sobre a importância da LIBRAS no processo educativo, abordando desde os seus conceitos fundamentais até as práticas inclusivas voltadas para a inserção do aluno surdo no sistema de ensino.

Organizado em três capítulos, o livro oferece uma trajetória de compreensão progressiva e necessária sobre a temática:

O capítulo inicial, *LIBRAS: O que é?* tem como objetivo apresentar a LIBRAS de maneira clara e abrangente. Aqui, são discutidos seus aspectos históricos, linguísticos e sociais,

desmistificando a ideia de que a LIBRAS seria apenas um conjunto de gestos aleatórios. É demonstrado que ela é uma língua plena, dotada de estrutura gramatical própria, com sintaxe, morfologia e semântica, reconhecida oficialmente pela legislação brasileira, notadamente pela Lei nº 10.436/2002. A abordagem contempla ainda a importância do respeito e valorização da cultura surda, reconhecendo a comunidade surda como um grupo social com identidade linguística e cultural própria.

No segundo capítulo, o foco recai sobre o processo de aquisição da LIBRAS, tanto em contextos de primeira língua para indivíduos surdos quanto como segunda língua para ouvintes. São abordadas as fases do desenvolvimento linguístico de crianças surdas, ressaltando a relevância da exposição precoce à língua de sinais para o pleno desenvolvimento cognitivo e social. O capítulo discute também os desafios enfrentados em famílias ouvintes que não dominam a LIBRAS, bem como a importância de práticas pedagógicas bilíngues que respeitem a língua de sinais como

primeira língua do aluno surdo. A aquisição de LIBRAS é apresentada não apenas como um meio de comunicação, mas como fator fundamental para a formação da identidade e da autonomia do indivíduo surdo.

Encerrando a obra, o terceiro capítulo, “A Inclusão escolar do aluno surdo”, trata das práticas inclusivas no ambiente escolar. São discutidas as políticas públicas de inclusão, o papel do professor bilíngue, a necessidade de formação continuada para todos os profissionais da educação, e a importância do intérprete de LIBRAS no contexto escolar. Apresentam-se ainda as barreiras atitudinais, metodológicas e arquitetônicas que podem dificultar a inclusão plena do aluno surdo e propõem-se estratégias para sua superação. Este capítulo destaca que a inclusão vai além da mera presença física do aluno surdo em sala de aula: trata-se da promoção de sua participação ativa, da construção de relações interpessoais significativas e do respeito às especificidades de sua aprendizagem.

Este livro se propõe, portanto, a contribuir de maneira

significativa para o debate e a prática da educação inclusiva, defendendo a LIBRAS como elemento central na garantia do direito à educação do aluno surdo. Mais do que um manual teórico, é um convite à reflexão sobre as mudanças necessárias para que as escolas se tornem, de fato, espaços de inclusão, respeito e promoção da diversidade.

## RESUMO

Este ebook tem como objetivo refletir a respeito da relevância do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pelos indivíduos surdos. Analisa-se por meio da fundamentação teórica a influência e precisão da Língua de Sinais para o aprendizado da Língua Portuguesa. Percebe-se que o surdo possui a oportunidade, já nos primeiros meses de vida de ter acesso a uma língua pela visão, de maneira que os empecilhos sensoriais, de caráter sonoro não prejudiquem essa apropriação. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica baseada em referencial teórico já editado sobre o assunto. Reconhece-se a Língua de Sinais como embasamento para a educação de surdos. O oferecimento da educação bilíngue começa a ser planejado, pois é essencial à prática da cidadania, de maneira a possibilitar-lhes a aquisição dos conteúdos curriculares, considerando, assim, que a leitura e escrita não se sujeitam a oralidade. Deve-se pensar sobre o processo educacional baseando-se na inclusão dos indivíduos com surdez

nas escolas, reconhecendo as consequências da interação social entre surdos e ouvintes no que se refere à habilidade de consideração aos seus direitos, valores e identidade, observando como está a prática dos professores quanto a sua capacitação bilíngue para o trabalho com estes alunos. Portanto o termo incluir quer dizer envolver, entender, adicionar e é desta forma que se deve idealizar o processo de inclusão do aluno surdo, é proporcionar a ele o direito de possuir experiências iguais, é aceitar o diferente e aprender com ele.

**Palavras-chave:** Libras. Bilíngue. Surdez.

## ABSTRACT

This ebook aims to reflect on the relevance of learning Brazilian Sign Language (LIBRAS) by deaf individuals. The influence and accuracy of Sign Language for Portuguese language learning is analyzed through the theoretical foundation. It is noticed that the deaf has the opportunity, in the first months of life, to have access to a language through sight, so that the sensory obstacles, of sound character, do not harm this appropriation. The methodology used was a bibliographic research based on a theoretical framework already published on the subject. Sign Language is recognized as a foundation for deaf education. The offer of bilingual education begins to be planned, as it is essential to the practice of citizenship, in order to enable them to acquire curricular contents, thus considering that reading and writing are not subject to orality. One should think about the educational process based on the inclusion of individuals with deafness in schools, recognizing the consequences of social interaction between deaf and hearing people

with regard to the ability to consider their rights, values and identity, observing how the teachers' practice regarding their bilingual training to work with these students. Therefore, the term include means to involve, understand, add and this is how the inclusion process of deaf students should be idealized, it is to provide them with the right to have equal experiences, it is to accept what is different and learn from it.

**Keywords:** Pounds. Bilingual. Deafness.

## RESUMEN

Este libro electrónico tiene como objetivo reflexionar sobre la relevancia del aprendizaje de la Lengua Brasileña de Señas (LIBRAS) por parte de personas sordas. Se analiza a través de fundamentos teóricos la influencia y precisión de la Lengua de Señas para el aprendizaje de la Lengua Portuguesa. Se entiende que la persona sorda tiene la oportunidad, ya en los primeros meses de vida, de acceder a una lengua a través de la visión, por lo que los obstáculos sensoriales de carácter sonoro no perjudican esta apropiación. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica basada en un marco teórico ya publicado sobre el tema. La lengua de señas se reconoce como la base de la educación de los sordos. Se comienza a planificar la oferta de educación bilingüe, por ser esencial para el ejercicio de la ciudadanía, a fin de que puedan adquirir los contenidos curriculares, considerando, por tanto, que la lectura y la escritura no están sujetas a la oralidad. El proceso educativo debe ser considerado desde la inclusión de las

personas sordas en las escuelas, reconociendo las consecuencias de la interacción social entre personas sordas y oyentes en términos de la capacidad de considerar sus derechos, valores e identidad, observando cómo los docentes están practicando su formación bilingüe para trabajar con estos estudiantes. Por tanto, el término incluir significa involucrar, comprender, sumar y así es como debe concebirse el proceso de inclusión del estudiante sordo, es brindarle el derecho a tener experiencias iguales, es aceptar lo diferente y aprender de ello.

**Palabras clave:** Libras. Bilingüe. Sordera.

## **SUMÁRIO**

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                             | <b>20</b> |
| <b>CAPÍTULO 01 .....</b>                            | <b>27</b> |
| LIBRAS – O QUE É?                                   |           |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 02 .....</b>                            | <b>39</b> |
| A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) |           |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 03 .....</b>                            | <b>45</b> |
| A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO                   |           |
| <br>  |           |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                               | <b>58</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                            | <b>63</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>                        | <b>67</b> |

## INTRODUÇÃO

Apresenta-se o tema “A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como Instrumento de Inclusão do aluno Surdo”, justificando-se esta escolha devido ao fato de que esta língua é importante, em razão de ser fundamental, para que os indivíduos surdos tenham oportunidades de entender e adquirir a Língua Portuguesa escrita como sua segunda língua, possibilitando-lhes relacionar-se socialmente, progredir educacionalmente, colaborando para seu desenvolvimento pessoal e para a elaboração de saberes universais, por meio de práticas e experiências sociais que este aprendizado poderá lhes proporcionar.

Como problema de pesquisa possui a questão: “Qual a relevância da aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelos alunos surdos?”.

Tem por objetivo geral refletir a respeito da relevância do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pelos indivíduos surdos. Os objetivos específicos são: conceituar o que é

Língua Brasileira de Sinais; analisar a relevância da aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelos alunos surdos e reconhecer a necessidade da inclusão escolar do aluno surdo.

Desde o princípio da humanidade, todos os indivíduos que não eram idênticos a todos, eram segregados. Com os indivíduos surdos também aconteceu o mesmo. Eles sempre enfrentaram muitas discriminações, foram segregados e excluídos.

O surdo encontra-se, porém, separado do universo dos homens, do mundo dos diálogos, do universo da expressão oral. O surdo é capaz de realizar uma análise do mundo, porém não consegue escutar o homem, e o homem não consegue escutar o surdo.

Tendo em vista a democratização, isto é, a junção de culturas desiguais, uma proximidade maior entre as comunidades é essencial e deve existir uma consideração recíproca pelos costumes de cada comunidade. Portanto, o passo inicial para que aconteça essa proximidade, deve ser dos indivíduos que não apresentam

deficiências.

Há algum tempo, a exclusão fazia parte da normalidade da sociedade. Atualmente com toda a discussão a cerca do tema, ainda não se tem um processo de inclusão avançando no país, parece ser tão normal ficar à parte, segregar os indivíduos conforme suas características, atitudes, classes sociais ou grupos sociais.

A inclusão escolar, apesar de, não ser uma preocupação exclusiva das instituições escolares, é uma questão da sociedade como um todo, ainda mais que o país possui, dentro de um mesmo espaço uma grande diversidade cultural.

Ao refletir sobre o cenário histórico da educação de surdos, observa-se que a aprendizagem para os surdos está acontecendo de forma muito positiva. Os professores estão obtendo, ainda de modo básico, mas essencial, uma formação para que possam acolher de maneira apropriada os alunos surdos na sala de aula do ensino regular, visto que vários não têm nenhuma capacitação em LIBRAS.

A metodologia empregada para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica utilizando trabalhos já publicados sobre o tema inclusão escolar do aluno surdo, legislações existentes e que abordem o assunto no interior da escola e da família. Usando como suporte teórico as pesquisas de Bernardino (2000), Carneiro (2011), Carvalho (2007), Damásio (2005), Dias (2006), Felipe (2001), Fernandes (2006), Freire (1992), Kirk e Gallagher (1996), Pacheco (2007), Pereira (2008), Rosa (2003), Sacks (2002), Schwartzman (1999), Sasaki (1999), Skliar (1997), Stainback (1999), Telford (1988) e a legislação referente ao tema abordado.

**A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)  
COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO ALUNO  
SURDO**

**BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS) AS AN  
INSTRUMENT FOR INCLUSION OF DEAF  
STUDENTS**

**LENGUA DE SEÑAS BRASILEÑA (LIBRAS) COMO  
INSTRUMENTO PARA LA INCLUSIÓN DE  
ESTUDIANTES SORDOS**

## CAPÍTULO 01

### LIBRAS – O QUE É?

## LIBRAS – O QUE É?

Todos os indivíduos se comunicam, pois não conseguem relacionar-se sem a comunicação. A Língua de Sinais é admitida como “sistemas linguísticos de comunicação gestual-visual, natural, com estrutura gramatical própria como quaisquer outras línguas, porém, muito diferentes das estruturas gramaticais das línguas orais” (FELIPE, 2001, p. 7). Hoje em dia, vive-se em uma sociedade letrada, sendo necessário o conhecimento do código linguístico para que possua acesso ao lazer, perspectivas sociais, culturais e financeiras.

A Língua Brasileira de Sinais é um sistema linguístico verdadeiro e próprio, usado pela comunidade surda do país, de espécie gestual-visual e com constituição gramatical imparcial da Língua Portuguesa articulada no Brasil.

A Libras, língua brasileira de sinais possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao

conhecimento cultural científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence (DAMÁSIO, 2005, p. 61).

Por meio do bilinguismo se deseja que o indivíduo surdo comunique-se facilmente na sua língua materna (Língua de Sinais) e na Língua Portuguesa. Ensinando a Língua de Sinais proporciona-se o progresso linguístico e intelectual da criança surda, simplificando desta forma o processo de aprendizagem, servindo de base para a leitura e entendimento do mundo.

Segundo Skliar:

[...] a língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecemos usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é, desenvolveram as competências linguísticas, comunicativas e cognitivas por meio do uso da língua de sinais. [...] esta permitia que os surdos constituam uma comunidade linguística diferente e não que sejam vistos como um desvio da normalidade. Mas até chegar a este estágio de reconhecimento, percorreu-se um longo e árduo caminho (SKLIAR, 1997, p. 141).

A LIBRAS é a fundamental via de ingresso do aluno surdo na sociedade, é ela quem o auxiliará enxergar e compreender o

mundo e o acontece nele, desta forma conseguindo levar uma vida regular como a de indivíduos ouvintes.

Conforme Dias:

A superação dessas desigualdades que os portadores de necessidades auditivas enfrentam só poderá ser atingida se a escola se reorganizar, visando promover o intercambio entre as duas culturas: surda e ouvinte (DIAS, 2006, p. 45).

Dessa maneira, a fim de que o aluno consiga se socializar e manter a convivência com os outros, ele necessita saber libras, pois por meio desta linguagem e de seus signos e sinais eles conseguirão demonstrar o que manifestar e o que refletem.

A proposição bilíngue de educação de surdos prevê que os alunos desenvolvam competências em ambas as línguas: a língua portuguesa e a língua de sinais, que consiste uma língua de modelo visual e gestual, é um sistema linguístico autônomo dos sistemas orais, isto é, o aluno surdo não possui o compromisso de falar a língua portuguesa, mas deve reconhecer os seus símbolos e significados para se tornar auto-suficientes.

O caminho educacional de pessoas denominadas deficientes passou por diversas modificações no transcorrer do tempo. Sassaki (1999, p. 67) “salienta como em diversas sociedades as ações educacionais e sociais, direcionadas aos deficientes, tomaram rumos semelhantes, abrangendo: a exclusão, a segregação institucional, a interação social e inclusão social.” Estas etapas não mantêm um crescimento linear, pois atualmente percebe-se ainda, atos de exclusão e segregação orientados a conjuntos sociais, assim como proposições de inclusão sendo praticadas em diferentes estados do país.

Telford (1988, p. 35) “reporta-se que durante muitos anos os indivíduos portadores de deficiência eram mandados para celas, ilhas e asilos de necessitados, considerados como enfermos e retirados de seus lares e da sociedade”.

Os portadores de surdez, também foram considerados seres incapazes, isolados e excluídos dos direitos humanos

fundamentais, como o de casar, de trabalhar, herdar propriedades e frequentar escolas, pertencendo então à fase da exclusão social.

Durante as décadas de 50 a 60 apareceu o período da segregação, em que a surdez era observada como enfermidade, o atendimento direcionou-se para caridade e ao assistencialismo. As instituições começaram a se especializar, iniciaram-se atendimentos isolados no estado.

Nas décadas de 60 a 70 ocorreu a fase da integração onde a surdez foi vista como deficiência, houve um resgate social com maior atenção educacional promovendo-se um aumento nos atendimentos pelo estado.

Criaram-se nesse período as escolas especiais, os centros de atendimento, programas de escolaridade e educação especial supletiva; vários profissionais foram cedidos às instituições especializadas, houve a aquisição de equipamentos adequados e planos de capacitação e formação de professores e leigos.

A partir deste período passou-se a considerar o potencial do deficiente e a desenvolver ações educacionais que visassem integrá-los na sociedade e no ambiente escolar, porém somente eram inseridos em uma escola e deveriam adaptar- se conforme a turma em que estivessem.

Na década de 90 a surdez passou a ser vista como diferença, iniciando-se o período da inclusão social, onde houve o reconhecimento da diferença linguística e cultural relativa aos surdos, a discussão do ensino bilíngue numa visão política, sustentação e qualificação do grupo surdo e instrução e habilitação dos professores.

Sassaki (1999) aponta que a inclusão é uma situação que colabora para a edificação de uma nova sociedade por meio de modificações nos espaços físicos, ambientes internos e externos, uso e adequação de instrumentos, meios de transporte e mudança de pensamentos da sociedade.

Por ser um assunto relevante na atualidade, a introdução dos alunos surdos na perspectiva de uma educação inclusiva, a língua de sinais, deverá ser percebida como um processo que auxiliará em todas as peculiaridades linguístico-cognitivo indispensável ao uso de técnicas de compreensão e criação de textos escritos.

Uma deliberação de notável consideração para a educação dos surdos no país foi determinada pelo Congresso Nacional, ao homologar a Lei Federal nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, que garantia nos seus três primeiros artigos:

- Art.1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

- art.2º: Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

- art.3º: As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Para as crianças que já nascem surdas, é importante que desde o início a aquisição da comunicação por meio dos sinais, visto que é através desta que elas poderão comunicar-se com a família e com o grupo social. As crianças adquirem a Língua de Sinais, naturalmente, comunicando-se com pessoas fluentes na mesma, tornando-se sua primeira língua. Firmam, assim, a sua identidade surda, sem barreiras de comunicação e sem atrasos em seu crescimento intelectual e linguístico. Conforme Skliar:

Se não se organiza adequadamente o acesso destas crianças à Língua de Sinais, seu contato será tardio e seu uso restrinido a práticas comunicativas parciais, com as consequências negativas que isto implica para o desenvolvimento cognitivo, e, sobretudo, para o acesso à informação e ao mundo de trabalho (SKLIAR, 1997, p. 34).

O primeiro aprendizado destas crianças deverá constituir-se da Língua de sinais. Essa é a sua língua inicial, é através dela que raciocinará e elaborará seu saber. A menor idade para que uma

criança possa ser iniciada ao aprendizado da linguagem de sinais é a de aproximadamente seis ou sete meses, mesmo que ela apenas empregue estes sinais aprendidos depois do sétimo ou oitavo ano com mais habilidade.

Dessa maneira, a criança deve ser exposta desde pequena à língua materna, podendo também ser desenvolvidas exercícios com bebês surdos objetivando sempre aperfeiçoar capacidades visuais e educar através da linguagem de sinais (LIBRAS).

A Língua Brasileira de Sinais tem, para as pessoas surdas, a mesma função que a Língua Portuguesa na modalidade oral tem para as ouvintes e é ela, portanto, que vai possibilitar às crianças surdas atingirem os objetivos propostos pela escola, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita (PEREIRA, 2008, p. 22).

É frente o convívio com os familiares que a criança conseguirá em dois ou três meses, no mínimo, utilizar e sinalizar de maneira que se compreenda e devem-se incentivar seus pequenos gestos.

A realidade muitas vezes é decepcionante para o aluno surdo

que é apenas incluído, pois permanece por fora das atividades realizadas em sala de aula. Esse fato acontece em razão da incapacidade dos professores, tendo-se as dificuldades de conduta e sócio cultural, é concebível que o professor fique temeroso em relação à alfabetização do aluno especial.

As crianças com deficiência auditiva apresentam alguns dos problemas mais difíceis e desafiantes para a educação especial. A perda auditiva interfere tanto na recepção da linguagem quanto na sua produção. Pelo fato de a linguagem interferir em praticamente todas as dimensões do desenvolvimento, a incapacidade de ouvir e falar é uma deficiência crítica, que pode dificultar o ajustamento social e acadêmico (KIRK; GALLAGHER, 1996, p. 230).

A consequência desse insucesso traduz a maneira ineficaz em que vem sendo orientada a ação pedagógica. Na maioria das vezes os alunos surdos ingressam na escola com diversas discrepâncias linguísticas tanto na Língua Portuguesa como em LIBRAS, isso acontece porque o aluno não possui entendimento satisfatório pela disciplina em questão, não sabem a significação das palavras, não realizam uma leitura com significado e nem

compreensão dos textos, pois a Língua Portuguesa possui sistematização linguística própria necessária para conversação entre os indivíduos.

## CAPÍTULO 02

**A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)**

## A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

A escola, a família e a sociedade devem conhecer a relevância que a Língua de Sinais possui no sistema linguístico possibilitando a esse aluno saberes e atividades que manifestem e modifiquem a realidade do surdo que batalham pelos seus direitos e cidadania.

O domínio da linguagem como atividade cognitiva e o domínio da língua como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística, são condições de possibilidades de plena participação social; pela linguagem as pessoas se comunicam, tem acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura (BRASIL, 1998 p.19).

A grande parte das famílias ouvintes que possuem filho surdo, comunicam-se com ele de maneira oral e em muitos casos falam muito alto como se o surdo pudesse ouvir e compreender o que dizem. Isso acontece por desinformação, por não admitir a surdez do filho e por não querer aprender a Linguagem de Sinais, tornando-se penosa a comunicação entre ambos.

Entretanto, apesar de vários contratemplos, muitos

familiares ainda preferem a fala à L.S. Mesmo não compreendendo e não sendo compreendidos, não reconhecem a importância de permitirem que seu filho tenha acesso a um verdadeiro sistema linguístico que lhe permita uma completa simbolização do mundo (BERNARDINO, 2000, p. 39).

Se a surdez é do tipo severa ou profunda o adequado é que a comunicação seja realizada por meio da Língua de Sinais (LIBRAS) que é a língua própria dos surdos. No momento em que a família aceita seu filho surdo como cidadão que possui cultura e língua própria, o relacionamento entre eles torna-se melhor.

Libras apresenta-se como um instrumento indiscutível na construção das produções discursivas dos surdos, visto que permite a estes uma maior compreensão a respeito da realidade e ajuda na formação da identidade desses indivíduos.

De acordo com Skliar:

[...] se considerarmos, conforme Vigotsky nos mostra, que os sujeitos ao interagirem, através da linguagem, internalizam ou se apropriam de conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais perceberemos o quanto este instrumento linguístico é importante para os surdos. E no curso destas ações mediadas pelo outro e pelos signos, nas relações sociais, que vão sendo constituídas as funções psicológicas e a formação da

pessoa (SKLIAR, 1997, p. 69).

No espaço escolar da sala de aula, o professor deve ter conhecimentos para que possa trabalhar com o aluno surdo, utilizando textos de simples entendimento, práticas vividas por ele cotidianamente e deve apresentar a LIBRAS que consiste na língua autêntica dos surdos:

Aprender o português decorrerá do significado que essa língua assume nas práticas sociais para as crianças e jovens surdos. E esse valor só poderá ser conhecido por meio da língua de sinais; (...) Todo texto proposto para a leitura deve ser apresentado tal como ele é, ou como ele circula socialmente. Fim ao ritual de passar o texto no quadro com letra cursiva (...). Apenas utilizar textos no formato original (em transparência, multimídia, xerox ou originais); (...) o professor deve estar ciente de que o conhecimento mais amplo ou reduzido do que seja o português dependerá da seleção dos textos que ele trouxer para a sala de aula (FERNANDES, 2006, p. 6).

Constata-se, então, a cautela que o professor de sala deve ter, de sempre disponibilizar anteriormente ao intérprete os textos a serem desenvolvidos, para que este analise a melhor maneira de interpretá-los.

Os surdos utilizam muito da característica visual para o

entendimento, é imprescindível que o professor ofereça recursos visuais, tais como fotos, ilustrações e objetos, ao realizar práticas com textos escritos.

A função do professor é elementar para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de maneira expressiva, o professor comprometido com a inclusão deve ter o entendimento de que a maneira ou técnicas opcionais adequadas para a intermediação da Língua Portuguesa é a LIBRAS, que é introduzida de maneira certa associada aos exercícios em sala de aula, apresentando vantagens tanto para o professor e especialmente para o aluno surdo e sua socialização.

A Libras aparece como esse elemento facilitador na relação pedagógica que oferece a mediação pelo outro e pela linguagem. Além de representar uma conquista para os surdos, a Libras é um estímulo para novas conquistas e ampliação dos horizontes para surdos e ouvintes. O respeito a esta língua é a forma mais próxima da natureza do indivíduo surdo preservá-la como meio da expressão da comunidade surda é possibilitar que diversas pessoas se apropriem e internalizem conhecimentos, modos de ação, papéis e funções sociais que sem a existência desta língua eles jamais poderiam acessar (SACKS, 2002. p. 82).

Dessa forma, tendo em vista a inclusão como uma tática educativa que exige maneiras de agir sérias e, fundamentando-se na ideia de que, para que aconteça a inclusão do aluno surdo, é preciso o desenvolvimento de procedimentos precisos de comunicação entre professor e aluno, a aquisição da Língua Brasileira de Sinais se faz necessária para que um indivíduo ouvinte consiga comunicar-se com um indivíduo surdo ou, para que o professor consiga se comunicar com seu aluno-surdo

## **CAPÍTULO 03**

### **A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO**

## A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

Assim, a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular é imprescindível, pois serão inseridos da forma mais espontânea possível na vida dos alunos vistos como “normais”, elaborando ideias menos discriminadoras por parte desses alunos.

A filosofia da inclusão, por sua vez, precisa ser interpretada, divulgada e planejada corretamente, a fim de produzir resultados adequados. Neste sentido, campanha de esclarecimento sobre a educação inclusiva, levada a efeito pelos setores público e privados junto à sociedade, muito contribuirá para torná-la realidade (SCHWARTZMAN, 1999, p. 262).

Reconhecer a inclusão é acima de tudo entender que habitamos uma sociedade em que as diversidades existem e devem ser consideradas. A educação assim como outras esferas da sociedade é grande responsável por essa transformação de conduta, e uma de suas funções é a de transmitir conhecimentos, que é uma das maneiras mais fácil de derrotar o preconceito.

Percebendo ainda a necessidade de apoio pedagógico específico para os alunos que apresentam deficiências a Declaração

de Salamanca (1994, p. 61) também dá conta desta questão: “Dentro das escolas inclusivas as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra para o que possam precisar para que se lhes assegurem uma educação efetiva”.

Entende-se que a escola precisa adequar-se às mudanças adaptando métodos de ensino necessários, fundamentados na colaboração mútua entre alunos e na elaboração de saberes individuais dentro de suas capacidades.

Frente a esse compromisso é necessário que o trabalho de Educação Inclusiva esteja sendo inserido gradualmente, para que tanto a educação especial, quanto o ensino regular, devam ir se adaptando a atual realidade, educando políticos, adotando práticas institucionais e pedagógicas que garantam a qualidade de ensino a todos, tanto os especiais como os demais e com relação à prática educativa é necessário um redimensionamento de novas ações. A necessidade de um currículo que procure tornar os saberes

interessantes e de acordo com as necessidades educacionais e não para uma ótica, onde uns conseguem se desenvolver e outros não.

A vida diária, os relacionamentos entre professor e alunos, os objetivos da educação e a prática do professor docente, fornecem conceitos sociais que se consideram a agilidade das relações, isto torna a ação pedagógica um procedimento de transmitir saberes e bagagens culturais, que os permitam agirem no ambiente social e modificá-los em razão de suas prioridades financeiras, sociais e políticas.

A inclusão é o caminho para que o país atinja seu compromisso, frente aos órgãos internacionais no que se refere aos objetivos do Congresso Mundial da Tailândia, e também para os propostos na Declaração de Salamanca. Além das reorganizações das organizações sociais enquanto tarefa prática a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) assegura que “ela depende acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição, dos indivíduos que

compõem a sociedade”.

Embora a nossa Lei de Diretrizes e Bases aponte para a universalização do Ensino Fundamental, não se encontra portas totalmente abertas para receber alunos previstos pela inclusão.

Quando as escolas incluem todos os alunos, a igualdade é respeitada e promovida como um valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e da cooperação. [...] Quando as escolas são excludentes, o preconceito fica inserido na consciência de muitos alunos quando eles se tornam adultos, o que resulta em maior conflito social e em uma competição desumana (STAINBACK, 1999, p. 27).

Acreditar na inclusão é ter a convicção de sermos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate, efetivamente a todos dentro dos preceitos de equidade, de reciprocidade e do relacionamento respeitoso entre os indivíduos e também a instituição necessita estar receptiva, diversificada realmente, democrática e capacitada.

A escola que inclui o aluno surdo deve conceder um profissional fluente na Língua Brasileira de Sinais para auxiliar o professor no desenvolvimento de suas aulas e também empregar

recursos pedagógicos apropriados para o deficiente, que atualmente, são ofertados pelos órgãos públicos de graça.

A educação para o surdo necessita do professor um procedimento fundamentado em experiências reais, para que o aprendizado seja mais vantajoso.

O aluno, o professor e sua família devem sempre preferir à comunicação em LIBRAS, visto que a maior parcela do que aprendem é o que experienciam e percebem.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem receber e satisfazer as necessidades diversas de seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos (UNESCO, 1994, p. 11).

A inclusão deve ser viabilizada na escola através de turmas reduzidas o que deverá sugerir na relação do aluno surdo com os colegas que ouvem e especialmente se pode alcançar um aprendizado de qualidade e não de quantidade.

O professor necessita procurar maneiras de ensinar estes

alunos surdos e alternativas para os problemas.

O trabalho de linguagem, tanto de língua portuguesa (oral), quanto de língua brasileira de sinais (LIBRAS), é desenvolvida de forma de que a criança surda se utilize do instrumento linguístico que a torne capaz de se comunicar tanto com seus familiares quanto com a sociedade em que esta inserida (UNESCO, 1994, p. 12).

Os indivíduos surdos apresentam capacidades iguais de desenvolvimento dos ouvintes. O que é preciso é a adequação dos recursos pedagógicos a serem empregados pelos professores, para atender esta singularidade. Todo o aluno surdo deve ser incentivado para desenvolver sua competência e se incluir na sociedade e compartilhar dos acontecimentos que os rodeiam e desfrutar da convivência com as outras pessoas sendo elas ouvintes ou surdas.

As escolas que aceitam o surdo em sala do ensino regular possuem como propósito propiciar sua integração num cenário social desenvolvido, para desta forma assegurar social e educacional, possibilitando um convívio imediato com a linguagem oral. Os alunos ouvintes e os surdos devem ser incentivados e

entusiasmados a se tornarem comunicativos entre si.

De acordo com o Carneiro a Educação Inclusiva é interpretada como um:

Conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de TODOS OS ALUNOS nela, independente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático, a educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão brasileiro. (CARNEIRO, 2011, p. 29).

Não chega somente que os alunos com deficiência estejam incluídos nas escolas regulares, eles devem fazer parte totalmente do cotidiano escolar e social da comunidade escolar. Isto quer dizer que as escolas devem estar aptas para atender e educar a todos os alunos e não apenas aos conceituados como “educáveis”. Assim, a inclusão admite que o convívio e a aprendizagem em grupo é uma ótima maneira de favorecer a todos, não apenas os alunos categorizados como diferentes.

Dessa forma Pacheco (2007, p. 81) expressa que “é preciso que a família e a escola estejam preparadas para iniciar e perseverar o processo de inclusão. Pois todo esse processo vai além de receber o aluno, ele precisa de atendimento e de continuação no processo de ensino-aprendizagem”.

Uma prática para ser conceituada inclusiva deve trabalhar juntamente com a família, a comunidade e a escola.

[...] a operacionalidade da inclusão de qualquer aluno no espaço escolar deve resultar de relações dialógicas envolvendo família, escola e comunidade, de modo que cada escola ressignifique, as diferenças individuais, bem como reexamine sua prática pedagógica. (CARVALHO, 2007, p. 87).

Para que se aconteça à inclusão eficaz dos alunos com deficiência é necessário que ocorra uma troca de informação entre a família do aluno, a escola e a comunidade. Que a escola repense seus valores, bem como reavaliar sua ação pedagógica.

Os professores e os outros profissionais que trabalham com o aluno surdo na escola de ensino regular devem ser comunicados de que, mesmo ele não possua uma linguagem visivelmente

manifestada, apresentará maiores probabilidades de ajustar-se à escola regular, que acolhe alunos surdos para proporcionar seu processo de inclusão. O aluno necessita também de uma sala de recursos para auxílio às suas peculiaridades.

Entende-se que a escola precisa adequar-se às mudanças adaptando métodos de ensino necessários, baseados na cooperação mútua entre alunos e na construção de conhecimentos individuais dentro de suas potencialidades. Como afirma Paulo Freire:

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura que marca que não tem medo do risco por isso recusa o imobilismo. A escola em que sua pensa, em que se atua em que se fala em que se ama, se adivinha, à escola que apaixonadamente diz sim à vida (FREIRE, 1992, p. 67).

Diante dessas posições, na escola é possível a mudança, criando vínculos de aceitação a diversidade do ser humano e consideração das desigualdades pessoais, representando um esforço coletivo na condição de oportunidades de desenvolvimento também ficam inevitáveis o aperfeiçoamento das práticas educativas, redefinindo novas alternativas que auxilie a todos, o

que requer na modernização e ampliação de concepções em ações pedagógicas compatíveis com esse grande desafio.

Os desafios surgem e a escola obriga-se a se adaptar às necessidades dos alunos que são inclusos, não somente como é determinado na legislação, mas aceitar esse aluno nas atividades diárias do dia a dia da escola e satisfazer as necessidades do aluno surdo, a fim de que não se sinta afastado daquilo que está sendo realizado em sala de aula.

Hoje em dia para auxiliar na inclusão encontram-se nas salas de aulas os intérpretes de LIBRAS:

Em geral, ao convocar a presença de um intérprete de Línguas de Sinais, as pessoas não se dão conta da complexidade que envolve a realização dessa tarefa, pois não é suficiente conhecer os sinais, e sim saber transmitir ideias da língua oral para a língua visuogestual, e vice-versa. Os intérpretes representam a ponte entre dois mundos diferentes, o mundo visual dos surdos e o mundo oral dos ouvintes (ROSA, 2003, p. 1238).

O intérprete na sala de aula é uma enorme evolução no progresso educacional na visão inclusiva, porém mesmo sabendo-

se dos enormes entraves dessa profissão que iniciou nas comunidades de amigos e igrejas, sem maior documentação histórica, não se pode deixar de salientar que apenas a presença do intérprete na sala de aula não assegura uma inclusão real do aluno no espaço escolar e nem na sociedade universal.

A educação da língua de sinais permite a aprendizagem e não obstáculos ao aluno surdo. No país a educação atualmente legitimada para os alunos surdos é a educação bilíngue, onde a LIBRAS surge como primeira língua e o português como a segunda.

Nesse contexto refere-se a função do professor do ensino regular frente ao desafio de manter uma comunicação de qualidade com o aluno surdo. Para isso, argumenta-se que o professor deve reconsiderar suas práticas procurando elaborar e alcançar novas habilidades como a aprendizagem da língua brasileira de sinais visto que, pesquisas revelam que a Libras é o primeiro meio para a real inclusão escolar e social do aluno surdo e, o não aprendizado

da língua de sinais pressupõe o não acolhimento da surdez.

## **CONCLUSÃO**

## CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa bibliográfica, podemos concluir que no decorrer da história, o indivíduo surdo foi estigmatizado em decorrência das concepções e imagens elaboradas a respeito da surdez, assim ele sente a discriminação da deficiência e da incompetência.

A inclusão deve acontecer até mesmo, quando determinadas pessoas vão ser selecionadas para um emprego, vão buscar um atendimento à saúde ou até mesmo no momento de lazer, em ambientes sociais e assim por diante. Quando se vê alguém em que a diferença é visível aos olhos, geralmente causa nas outras pessoas um sentimento de piedade e as entidades que deveriam fazer alguma coisa para que estas pessoas possam viver com maior independência ou autonomia é insuficiente.

Hoje em dia, vive-se em uma sociedade letrada, sendo necessário a aquisição do código linguístico com o objetivo de

possuir acesso ao divertimento, características sociais, culturais e econômicas. Por meio do Bilinguismo se supõe que o indivíduo surdo expresse-se sem dificuldades na sua língua materna (Língua de Sinais) e na língua formal de sua nação.

A Língua de Sinais proporciona o progresso linguístico e intelectual do aluno surdo, possibilitando, desta forma, o processo de ensino e aprendizagem, sendo base para a leitura e entendimento do mundo.

Deve-se entender a Língua Brasileira de Sinais no contexto Bilíngue, sua elaboração pelo indivíduo surdo e sua importância, considerando a sua grandeza e seu significado para sua identidade surda. É necessário analisar criticamente as práticas pedagógicas, o espaço e os parâmetros de bilinguismo que a escola objetiva atingir com o aluno surdo, deixando claro o que o bilinguismo pretende.

A fim de que aconteça uma inclusão adequada é preciso a realização de procedimentos que objetivam propor uma educação

que apresente uma adequação do currículo escolar, aprimoramento e aperfeiçoamento dos recursos didáticos pedagógicos, formação de professores, etc. Considerando que as famílias da criança incluídas nas escolas de ensino regular também necessitam de atendimento especial, em conjunto com profissionais especializados como para ajudarem na adaptação e aprendizagem da criança.

Além das atividades que são realizadas para as crianças surdas, todos os profissionais da escola devem envolver-se em formações, reuniões e práticas de aprendizagem de LIBRAS, visto que apenas assim consegue-se realizar a inclusão do aluno no espaço escolar e mais tarde a inclusão do aluno na sociedade. Essa verdadeira inclusão acontecerá, quando, por exemplo, o professor solicitar para o aluno surdo buscar alguma coisa na biblioteca, na secretaria ou em outro espaço escolar e o profissional que atendê-lo conseguir entender sua linguagem.

O professor não pode ser colocado como o único responsável

pela inclusão do aluno, é claro ele é o principal, deve programar práticas pedagógicas adequadas para poder obter sucesso, mas não se pode acreditar que só isso possa dar conta da realidade de todas as escolas.

A inclusão compreende um procedimento cheio de eventualidades, sem receitas acabadas e que necessita melhoria permanente na procura do desenvolvimento para a edificação da cidadania e da participação social em conformidade com a meta da educação para todos e com todos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **Absurdo ou lógica?:** a produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.

BRASIL, **Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002.\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Adaptações curriculares. Brasília: MEC, 1998.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** possibilidades e limitações. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CARVALHO, E. R. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”, 2007. 5. ed. Mediação. Porto Alegre.

DAMASIO, MF. **Educação escolar de pessoas com surdez:** Uma Proposta Inclusiva. Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

DIAS, T. R. **Educação de surdos na escola publica e bilinguismo.** Anais do V Congresso Internacional do INES e XI Seminário Nacional do INES. Surdez: família, linguagem, educação. 2006.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto:** curso básico livro do estudante. Recife: EDUPE, 2001.

FERNANDES, E. **Problemas Linguísticos e Cognitivos do Surdo.** Rio de Janeiro: Agir, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

KIRK, A. S; GALLAGHER, J. J. **Educação da Criança Excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

PACHECO, José (Org.). **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, M. C. **Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental**. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2008.

ROSA, A. S; **A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes** In Silva, I. R; KAUCHAKJE, S; GESUELI, Z. M (org.) *Cidadania, surdez e linguagem, Desafios e realidades*. 4. ed. São Paulo: Plexus, 2003.

SACKS, O Vendo vozes. **Uma Viagem ao Mundo dos Surdos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SKLIAR, Carlos. **A educação dos surdos: uma reconstrução histórica, cognitiva e pedagógica**. Mendoza: Editora Universal de Cuyo, 1997.

STAINBACK, S. B.; TAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TELFORD, Charles. **O Indivíduo Excepcional.** 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais:** nas áreas das necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aceitação, 54

Adaptação, 61

Aluno, 9

Aquisição, 13

Atualidade, 34

Autonomia, 59

### B

Bibliográfica, 59

Bilíngue, 14

Bilinguismo, 29

Brasileira, 9

Capacitação, 22

Cognitivo, 10

Competência, 51

Comunicação, 28

Conformidade, 62

Construção, 9

Cotidianamente, 42

Cultural, 22

### D

Decorrência, 59

Deficientes, 31

Democrática, 9

Desenvolvimento, 20

Desinformação, 40

Didáticos, 61

Diretrizes, 49

Discriminação, 59

Diversidade, 22

**F**

Diversidades, 46

Fundamentais, 9

Divertimento, 60

**G**

Docente, 48

Gramatical, 28

**E**

**H**

Edificação, 33

Habilidade, 36

Educação, 9

Histórica, 56

Efetiva, 9

Homem, 21

Empecilhos, 13

Humanidade, 21

Escolares, 22

**I**

Escolaridade, 32

Identidade, 41

Espontânea, 46

Imprescindível, 43

Essencial, 9

Incluídas, 61

Estigmatizado, 59

Inclusão, 9

Experiências, 20

Inclusiva, 9

Exposição, 10

Incompetência, 59

Indispensável, 34

**O**

Individuais, 54

Obstáculos, 56

Indivíduo, 11

Oportunidade, 13

Inevitáveis, 54

Oportunidades, 20

Instituições, 22

Organizações, 48

Instrumento, 9

Ouvintes, 51

Intelectual, 29

**P**

Intermediação, 43

Parâmetros, 60

Isolados, 31

Pedagógica, 37

**J**

Piedade, 59

Justa, 9

Pilares, 9

**L**

Plural, 9

Libras, 9

Portadores, 31

Língua, 9

Precisão, 13

Livro, 9

Presente, 9

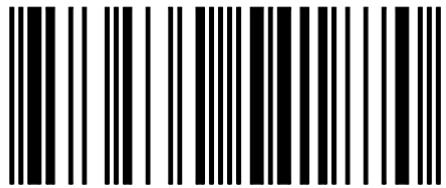
Probabilidades, 54

|                 |                  |
|-----------------|------------------|
| Proposição, 30  | Severa, 41       |
| <b>Q</b>        | Sinais, 9        |
| Qualidade, 56   | Sinalizar, 36    |
| <b>R</b>        | Sociedade, 9, 22 |
| Realidade, 40   | Sugestionar, 50  |
| Reavaliar, 53   | Surdez, 14       |
| Relevância, 13  | Surdo, 9         |
| Respeito, 13    | <b>T</b>         |
| <b>S</b>        | Teórica, 13      |
| Salientar, 56   | <b>U</b>         |
| Segregar, 22    | Universo, 21     |
| Semelhantes, 31 | <b>V</b>         |
| Sensoriais, 13  | Visão, 13        |

# **A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.  
São Paulo- SP.  
Telefone: +55(11) 5107- 0941  
<https://periodicorease.pro.br>  
[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

**A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) COMO INSTRUMENTO  
DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO**



9786560541870